

# A AVALIAÇÃO NO CENTRO DA REGENERAÇÃO URBANA

**RIBEIRO, PAULA**  
FLUP/GEVAPA, LDA  
paularibeiro82@gmail.com  
**MARQUES, TERESA**  
FLUP/CEGOT

## **Resumo**

O desafio que se coloca às políticas urbanas é encontrar novas formas de intervir, mais flexíveis, mais inovadoras e inclusivas. A regeneração urbana desenvolve-se como o instrumento capaz de incorporar as diferentes dimensões de intervenção, de gerar sinergias entre os parceiros e de se adaptar aos territórios. Um modelo assente em novas formas de governância e em abordagens integradas e territoriais. A avaliação destas políticas é outro dos desafios em debate, sendo reconhecida a sua complexidade e dificuldade, para a qual se tenta dar resposta propondo uma metodologia de avaliação on-going.

**Palavras-chave:** ciudades ; regeneración urbana; evaluación

## **Abstract**

### **EVALUATION ON THE HEART OF URBAN REGENERATION**

The challenge for urban policies is to find new ways of intervention, more flexible, more innovative and inclusive. Urban regeneration is developed as the instrument capable to incorporate the different dimensions of intervention, to generate synergies between partners and adapt to the territories. A model based on integrated approaches, new forms of governance and territorial policies. The evaluation of these policies is another of the challenges in debate. To overcome the complexity and difficulty of this task it is proposed an on-going evaluating methodology.

**Keywords:** urban regeneration; governance; evaluation

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta comunicação pretende ser mais uma contribuição para o debate em torno da necessidade e a importância de avaliar as políticas urbanas, com um enfoque nas questões da regeneração urbana em contextos intra-urbanos. Analisa-se o papel das cidades no desenvolvimento dos territórios e os desafios que colocam às políticas urbanas. Sublinha-se a ideia de mudança e de uma nova era de políticas urbanas, em que as políticas de regeneração urbana surgem como o rosto mais visível, sendo uma referência na construção de novos modelos de governança e de novas formas de planeamento, assentes em abordagens integradas, em redes de actores e em processos de aprendizagem.

Defende-se que é imperativo avaliar essas políticas apesar da dificuldade e complexidade que lhe é inerente. Considerando a complexidade territorial a intervir e o facto do processo de regeneração urbana envolver diversos agentes e implicar a actuação num conjunto variado de dimensões e dinâmicas, o desafio que se coloca, e que se tenta dar resposta, passa por uma reflexão sobre a forma de operacionalizar um sistema de avaliação para as políticas de regeneração urbana.

## **2. AS POLÍTICAS URBANAS**

### **2.1. A cidade**

“La ciudad ha sido sempre un fenómeno cambiante, tanto en su escala como en su estructura territorial, tanto en sus formas de gobierno u organización como en las culturas y en los comportamientos urbanos” (BORJA, 2003: 35). É perante esta realidade complexa e em constante mutação que se deve reflectir e delinear políticas, traçar planos, criar instrumentos e executar acções possíveis e desejáveis.

“As últimas décadas estão marcadas nalguns países europeus, pela emergência e consolidação de um novo modelo de relação entre urbanidade e território” (RIO FERNANDES, 2007: 163), Passamos de uma cidade herdada, monocêntrica, compacta ou contínua e também patrimonial, para uma outra cidade – a contemporânea, que extravasa os limites tradicionais. A primeira está cada vez mais despovoada, havendo mesmo uma repulsa por este espaço, mas que pela sua importância histórica, económica e social se deve conservar e revitalizar nas suas diversas dimensões (social, económica, física, cultural); a segunda, a contemporânea, é cada vez mais difusa, resultante da dispersão da população pelo espaço em redor da cidade antiga, conduzindo à dispersão do povoamento e, por tal, ao alargamento do espaço a que chamamos cidade. Todavia, estas duas realidades da cidade estão em transformação gerando uma nova entidade urbana. Borja vai mais longe ao sustentar que a cidade emergente, difusa e descontínua não é a única realidade (2003), mas que há sim uma tendência para a fragmentação e diversificação do território, em que coexistem realidades tão diferentes como zonas bem articuladas com zonas marginalizadas; áreas densas e polivalentes e áreas de baixa densidade e homogêneas. Uma nova realidade urbana assente em redes, físicas e virtuais, caracterizado pela descontinuidade, pela diversidade de centralidades e de geometria variável.

No entanto, a cidade não se caracteriza apenas pela dificuldade em defini-la em termos físicos, das suas fronteiras (cada mais “difusas”), mas também a nível social, cultural, ambiental e económico. São várias as formas de entender e analisar a cidade. Assim, deve-se olhar a cidade numa perspectiva holística, mas sem perder a capacidade de analisar selectivamente cada elemento que caracteriza e faz parte integrante da cidade. Se, por um lado, se deve reflectir sobre a cidade tradicional e a cidade estendida, por outro lado, também se deve analisar as diversas dimensões da cidade, ou seja, económica, social, entre outras, já que estas constituem um indicador da vitalidade e das sinergias da cidade.

Numa era de globalização, as cidades assumem uma “centralidade estratégica e operacional [...] que explica o modo intenso como simultaneamente reflectem e condicionam as sociedades e economias contemporâneas” (FERRÃO, in Portas et al., 2007: 220). As cidades são vistas como motores da economia, como espaços de inovação, de competitividade, de cooperação e de cidadania. No entanto, as cidades são

ao mesmo tempo locais de concentração de problemas e constrangimentos, como pobreza, exclusão social, degradação física, insegurança, etc.

Actualmente, as cidades lutam por se diferenciar através dos seus factores de competitividade e inovação, quer de forma mais individualista, no caso das cidades globais, quer em rede, para garantir a sua afirmação a nível nacional e internacional. Ora, esta promoção das cidades, que atrai para si as actividades económicas (especialmente de função superior) traduz-se na valorização da região em que se insere e do próprio país. As cidades, como defendem Van Den Berg *et al.*, têm de ser se adaptar as novas lógicas de competitividade, encontrar o seu lugar nas redes urbanas; competir em escalas internacionais, criar uma estrutura organizativa com capacidade de resolução dos seus problemas. Em suma, pode-se afirmar que, a competitividade é um dos maiores desafios das cidades – “cities have to operate in a increasingly complex and competitive environment. urban competition seems to have become the leading principle to determine the future urban system in Europe”. (BERG, BRAUN e MEER, 2007: 1).

A nível social e cultural, temos a cidade “cognitiva”, como designa João Ferrão, relacionada com a apropriação dos espaços pelos seus habitantes, com o sentimento de pertença, com os relacionamentos estabelecidos, com a visão da cidade como “palco adequado de expressão própria e de relacionamentos com outros grupos” (VIEGAS in Portas et al., 2007: 262). A construção da cidade depende assim do significado que se atribui aos lugares e do envolvimento dos seus habitantes.

Na cidade actual, do século XXI “no existe um modelo formal dominante” (BORJA, 2003: 72), a cidade tanto pode ser densa como difusa, é uma mistura da concentração e alta densidade com a dispersão e a segregação social e funcional, como afirma Borja, uma mescla de formas, usos e pessoas.

## 2.2. As novas Políticas Urbanas

“Intervir sobre um objecto tão decisivo e dificilmente delimitável como a cidade implica uma visão estratégica, capaz de olhar selectivamente sem, no entanto, amputar os elementos que lhe conferem vida e distinção” (FERRÃO in Portas et al., 2007:222). É então necessário encontrar novas formas de intervir, mais flexíveis, mais inovadoras e mais integradoras. As novas políticas urbanas buscam um compromisso entre as diferentes realidades e dinâmicas contraditórias da cidade, pensar e actuar sobre a totalidade do seu território sem menosprezar nenhuma das suas partes, para conseguir um efeito transformador sobre as várias dimensões da cidade. Estas novas linhas de actuação das políticas urbanas caracterizam por:

- abordagens integradoras, que olham, analisam e intervêm na cidade no seu todo, sem esquecer as suas especificidades, implementando acções diferenciadas para a cidade consolidada e para a cidade extensiva;

- abordagens flexíveis em termos de espaço e tempo, ou seja, capazes de se adaptar ao contexto territorial e de perceber a influência do território a intervir e os efeitos indutores que poderá ter na envolvente, seja a cidade, a região, ao mesmo o país, e à escala temporal de implementação da intervenção, dado que este tipo de política pressupõe uma intervenção de médio e longo prazo de forma a ser sustentável;

- abordagens multi-sectorial, capazes de dar respostas aos problemas e desafios das cidades que assumem dimensões diversas, seja social, económica, ambiental, etc, incorporando na sua intervenção as múltiplas dimensões do desenvolvimento urbano;

- abordagens em rede (horizontais e verticais), estabelecendo relações de cooperação em rede com outras cidades e articulando as diferentes níveis institucionais, desde da administração central à local, quebrando com o ciclo de políticas top-down;
- abordagens participativas, novas formas de governança que promovem o capital social através da participação de todos os agentes e dos cidadãos.

As políticas urbanas de hoje são diferentes do passado: há uma mudança nos modelos e formas de actuação, uma vez que incorporam novos conceitos, valores e abordagens. São políticas flexíveis, estratégicas, que preconizam a participação dos cidadãos, a concertação entre todos os agentes, a criatividade de soluções e a coesão social e territorial.

### **2.3. A regeneração urbana**

A regeneração urbana insere-se nesta nova linha de políticas urbanas, que pressupõe integrar as diferentes dimensões de intervenção, integrar parceiros, integrar recursos e integrar territórios. Deve ser entendida como um instrumento da política pública que pretende dar resposta ao declínio urbano, que envolve muitos outros aspectos além da reabilitação física, como a requalificação ambiental, a revitalização económica e a integração social e cultural. As políticas de regeneração urbana constituem um processo de planeamento estratégico integrado, que gera sinergias entre entidades públicas, privadas e outros actores das redes de cidadania, que se adapta ao território no qual irá intervir e às lógicas de contexto em que se insere, que se desenvolve a médio e longo prazo e que envolve acções de carácter transversal e sectorial. Neste contexto, poder-se-á afirmar que o processo de regeneração urbana tem como objectivos fundamentais o fomento do desenvolvimento económico, a promoção da integração social e cultural e qualificação do ambiente urbano, de forma a proporcionar qualidade de vida às populações, através de uma estratégia global e articulada assente num novo modo de governança, baseada no empowerment dos cidadãos, na participação de todos os stakeholders e na utilização inovadora do capital social, como sustenta o relatório “Cidades de Amanhã - Desafios, visões e perspectivas” (COMISSÃO EUROPEIA, 2011).

Os territórios urbanos alvos de regeneração urbana são áreas urbanas específicas, que se debatem com os problemas inerentes do despovoamento, da exclusão social, da degradação física, da deterioração ambiental e do declínio económico, sendo exemplo disto os centros históricos, zonas antigas da cidade, zonas industriais abandonadas, entre outros. Actualmente os centros históricos, por albergarem a identidade e a história da cidade, constituem um factor de atractividade, uma oportunidade para a promoção da competitividade e do desenvolvimento da cidade. Mas, ao mesmo tempo, são confrontados com a degradação do seu edificado, com a terciarização das actividades económicas presentes, com o contínuo processo de despovoamento e envelhecimento populacional. Para inverter as tendências de declínio e promover as suas potencialidades serão necessárias intervenções que procedam à sua reabilitação física, social e funcional, pretende-se não só a reabilitação física mas também a sua reutilização social. A regeneração urbana é a resposta das políticas urbanas aos desafios colocados pela cidade, é um instrumento de intervenção que alia a inovação, desenvolvimento económico e bem-estar social à manutenção do modelo antigo e tradicional de cidade, que constitui o seu legado e a sua identidade.

### 3. O DESAFIO DA AVALIAÇÃO

Estas novas tendências e mudanças nas políticas urbanas acarretam tensões e dilemas nos processos de intervenção, como afirma Conceição, o que reforça a “importância do acompanhamento e da avaliação permanente das políticas urbanas” (Conceição, 2004: 96). As mudanças nas práticas de gestão urbana devem ser monitorizadas e avaliadas para aferir a sua eficácia e para melhorar formas de actuação, para auxiliar a tomada de decisões e, antes de mais e sobretudo, para aprofundar o conhecimento e gerar um processo de aprendizagem.

A avaliação tem um papel importante no planeamento, na medida em que lhe confere legitimidade e credibilidade junto dos decisores e da opinião pública, há uma expectativa de prestação de contas e responsabilização (accountability), através da medição do seu sucesso ou fracasso, ou seja, permitindo um “julgamento da eficácia do planeamento: deve ser possível distinguir o bom do mau planeamento” (Tradução própria, ALEXANDER e FALUDI, 1989: 27). Para além disso, a avaliação melhora a prática do planeamento e auxilia a tomada de decisões, monitorizando e acompanhando as intervenções, avaliando os resultados e, conseqüentemente, dando indicações sobre o desempenho da actividade de planeamento de forma a proceder a ajustamentos, num processo de aprendizagem contínua.

No entanto, esta tarefa de avaliar a actividade do planeamento “é um exercício tão difícil e complexo quanto necessário” (OLIVEIRA, 2011: 43). Por um lado, saber se é um bom ou mau planeamento é uma tarefa complexa que deriva das características inerentes ao planeamento: da incerteza do objecto (o planeamento trabalha com o futuro, que é imprevisível e incerto), da multidimensionalidade dos problemas, da multiplicidade de agentes e interesses e da diversidade de produtos de planeamento (políticas, programas planos, projecto, etc.). Por outro lado, existem um conjunto de questões e de desafios que se colocam a quem avalia o planeamento e que evidenciam as dificuldades associadas a esta tarefa. A resposta a estes desafios sintetiza os princípios gerais que devem reger a actividade de avaliação do planeamento:

–A integração da avaliação no processo de planeamento, isto é, a integração ou não do avaliador na equipa de planeamento (avaliação interna versus avaliação externa.) A opção por um destes tipos de avaliação não reúne consensos entre os investigadores, pelo que se tem proposto outras soluções que promovam a articulação entre as equipas com visões e objectivos comuns de planeamento e de avaliação tais como uma avaliação mista ou uma avaliação interna mas com equipas distintas de avaliação e de planeamento.

–A dimensão temporal da avaliação, que deverá corresponder a cada uma das fases do planeamento de forma a auxiliar a tomada de decisões, a aprofundar conhecimento e a melhorar o processo. Distinguem-se três tipos de avaliação para cada uma das fases do planeamento: 1) a avaliação ex-ante, que ocorre no início do planeamento (fase de concepção) e envolve a comparação e a escolha entre as alternativas de intervenção; 2) a avaliação on-going, executada aquando da implementação do plano, com a intenção de monitorizar, ou seja, de acompanhar o processo de execução das medidas e acções, de produzir conhecimento e de introduzir melhoramentos no plano e 3) a avaliação ex-post, que se realiza na fase de revisão do plano, após a implementação e que tem um duplo objectivo - de prestação de contas e responsabilização e de aprendizagem. Um modelo que combine estes três tipos de

avaliação permitiria uma maior integração desta actividade no processo de avaliação, conferindo-lhe continuidade, robustez e eficácia.

– O conceito de sucesso na implementação dos planos, segundo Talen (1997), deveria ser uma das principais preocupações do planeamento a nível teórico e da experimentação empírica. Esta avaliação pode ser abordada de duas formas distintas de acordo com a noção de sucesso e da visão do planeamento que se considere – a avaliação baseada na conformidade, centrada na ligação entre resultados e objectivos ou a avaliação baseada no desempenho (performance), que coloca a ênfase no processo, na medida em que o plano contribui ou não para a tomada de decisões, sendo que a implementação efectiva do plano não é relevante.

–A adequação da avaliação ao objecto, ou seja, cada tipo de plano requer uma metodologia de avaliação específica. As metodologias de avaliação não podem estáticas nem standardizadas, devem, antes, ser concebidas à medida do contexto em que se inserem: diferentes territórios, diferentes dimensões de intervenções, diferentes níveis institucionais, que reflectem objectivos, funções, estratégias e metas distintas.

–A definição das questões e critérios de avaliação (o quê, como, onde, de que forma) constituem o referencial de avaliação, a base da metodologia a seguir, uma vez que identifica os assuntos a analisar, balizando a avaliação e os indicadores a adoptar.

– A comunicação e utilização dos resultados da avaliação: a forma de apresentar e comunicar os resultados é de maior importância para a sua inclusão e utilização na tomada de decisões e na melhoria do processo de planeamento.

A noção de avaliação que se desenvolveu traz implícita a ideia de análise da eficácia e da eficiência de um plano, envolve um julgamento sobre o seu progresso e impacto num processo cíclico de aprendizagem e melhoramento. Para tal, é necessária a definição de critérios e questões que serão medidas através de indicadores. É neste contexto que surge a monitorização, sendo vista como segundo a definição da OCDE, como “processo contínuo de recolha sistemática de informações, segundo indicadores escolhidos, para fornecer aos gestores e aos parceiros (stakeholders) de uma intervenção de desenvolvimento em curso, os elementos sobre os progressos realizados, os objectivos atingidos e os recursos afectados.” (2004, p. 13). Neste sentido, a monitorização torna-se um elemento importante não só do processo de avaliação como do planeamento, na medida em que fornece informação numa base regular e sistemática, acompanhando o processo de implementação, e comparando os resultados alcançados com os objectivos estabelecidos, que, por sua vez, originam as questões para a avaliação responder. Como Batista e Silva que afirma que “a monitorização assume-se como componente importante do processo de planeamento e gestão e incorpora uma actividade de avaliação a exercer de modo sistemático e regular [...] procurando adequar o plano e o processo de planeamento ao que se entende serem as exigências colocadas pelo sistema real” (BATISTA E SILVA, 2002: 125).

Neste contexto, o exercício de monitorizar desse ser encarado como um sistema dinâmico e em permanente actualização, capaz de receber e recolher a informação, estruturar e articular indicadores (devidamente seleccionados e justificados), analisando e interpretando os progressos e mudanças, “assessorando” a avaliação do processo e dos resultados, de forma a melhorar o processo de implementação, através da introdução de alterações quer nas acções quer nos próprios objectivos e metas iniciais, num circuito cíclico de aprendizagem, também designado por Cecilia Wong como circuito de “double-loop”.

#### 4. UMA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO ON-GOING

A avaliar as políticas de regeneração urbana em contextos intra-urbanos é uma tarefa complexa e difícil, que se explica, por um lado, pela própria complexidade do seu objecto de intervenção – o centro histórico e pela abrangência destas políticas em termos de dimensões de actuação, de agentes envolvidos, de diferentes escalas de intervenção, etc., e, por outro lado, pelo facto de estas políticas nem sempre definirem e identificarem, aquando da sua formulação, os seus objectivos e resultados a alcançar, os meios de concretização e os efeitos pretendidos.

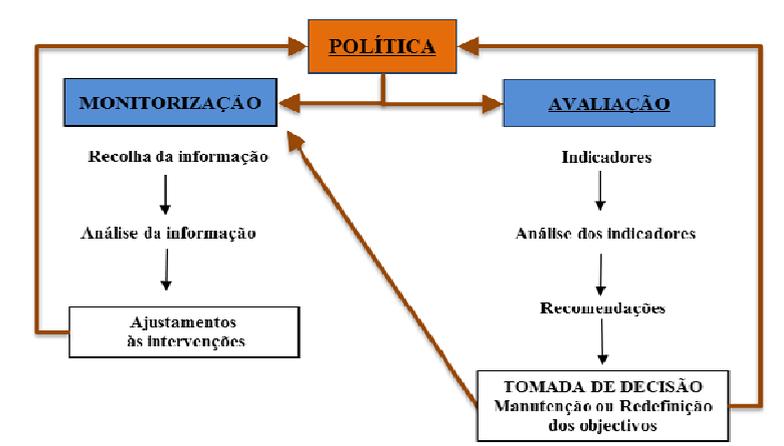
Assim, são duas as questões que balizam esta proposta metodológica - “como se avalia uma política que não foi concebida para tal? e “como se avaliam políticas integradas?”. Para tentar dar resposta a estas questões apresenta-se uma metodologia de monitorização e avaliação dessas políticas, em que se considera fundamental a construção de um sistema de monitorização, que sirva de instrumento-base e que acompanhe todo o processo de avaliação, assente num sistema de informação geográfica, pois permite a recolha de informação alfanumérica e informação geográfica, abrangendo as várias dimensões das políticas integradas, dando uma visão integrada expedita e actualizável das dinâmicas visíveis no território.

A metodologia de avaliação aqui proposta centra-se em quatro elementos-chave: avaliação on-going, monitorização; critérios de avaliação e os indicadores de resposta.

Propõe-se uma metodologia on-going, centrada na implementação das políticas e nos seus resultados no território, sendo resposta ao facto de muitas políticas não serem formuladas para a avaliação, pois permite analisar os primeiros resultados e, conseqüentemente, a pertinência e actualidade dos objectivos face à realidade, redefinindo-os se necessário e estabelecendo as questões e critérios de avaliação a partir desse primeiro ponto de análise.

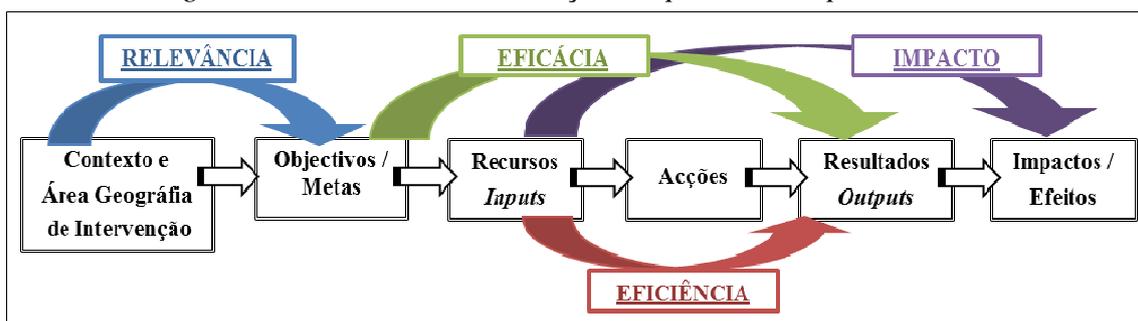
Para conseguir concretizar esta metodologia on-going será necessário um sistema de monitorização, que recolhe, organiza e analisa a informação de diferentes tipos (alfanumérica e geográfica), natureza (qualitativos e quantitativos) e temáticas diversas (desde variáveis e indicadores económicos, a sociais, ambientais, etc.), possibilitando gestão das acções e actividades nas diferentes dimensões de actuação das políticas no território. Um sistema capaz de fornecer informação de forma regular e expedita, permitindo acompanhar e compreender o que se está a fazer e como se está a fazer. É de referir e frisar a ideia que este é um processo cíclico com três figuras chaves – a política, a monitorização e a avaliação, que dependem (ou deveriam depender) uns dos outros, uma vez que a política define os objectivos e os resultados esperados e partir destes é possível identificar os indicadores a monitorizar, que, por sua vez, irão fornecer a informação necessária para a avaliação de política. Neste ciclo de “aprendizagem” o processo de monitorização será contínuo, acompanhando a execução da política, podendo reajustar, por diversas vezes, a sua implementação, até ser possível e desejável proceder à sua avaliação.

Figura 1: Circuito de aprendizagem



Como foi referido, esta metodologia foca-se no processo e nos resultados, estando-lhe subjacente a aferição do sucesso da implementação das políticas. Para tal, opta-se pela aplicação do critério de conformidade, segundo o qual é avaliado a correspondência entre resultados e objectivos. No desenvolvimento desta abordagem, identificaram-se quatro critérios de análise e avaliação: 1) a relevância, que relaciona a adequação e a validade dos objectivos da política com a realidade do território; 2) a eficiência, que faz uma apreciação, qualitativa e quantitativa, dos recursos alocados às acções da política em relação aos resultados e impactos obtidos; 3) a eficácia, que analisa a conformidade dos resultados alcançados com as metas e objectivos estabelecidos e 4) o impacto/utilidade, que identifica as alterações produzidas, directa ou indirectamente, no território pela implementação da política. Estes quatro critérios relacionam-se directamente com as diferentes fases do processo de implementação da política, o que demonstra a abrangência deste tipo de metodologia e da sua capacidade de integração da avaliação no planeamento, tal como se demonstra na figura seguinte.

Figura 2: Os critérios de avaliação e o processo de planeamento



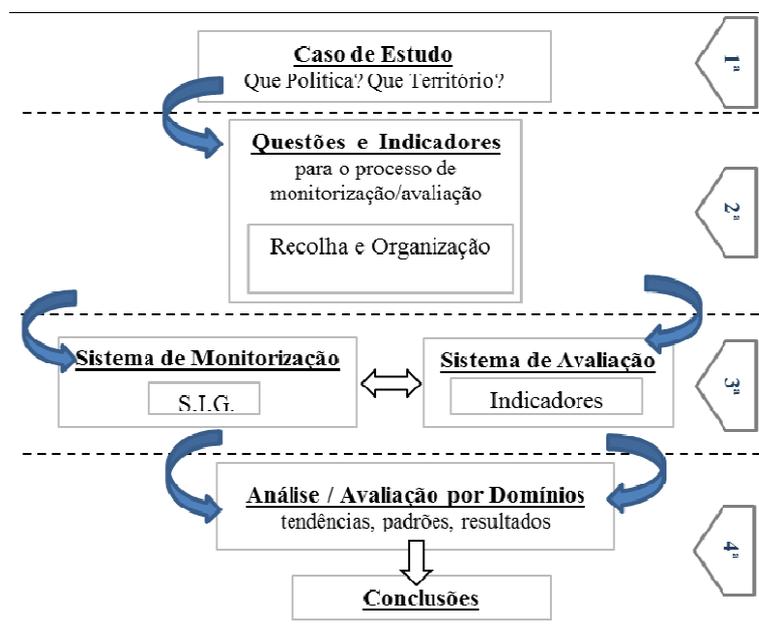
Fonte: Adaptado, Marques, 2009.

As variáveis e os indicadores constituem o quarto e último elemento fundamental e caracterizador desta metodologia. Os indicadores “são medidas que permitem interpretações da situação” (MARTINS, 2011: 62) e que resultam do tratamento da informação básica. Apesar da escolha dos indicadores decorrer dos critérios e questões de avaliação identificados, estes devem ser o mais “abrangente quanto possível, de forma a garantir que a complexidade da realidade seja captada e as evoluções ocorridas ou em desenvolvimento sejam apreendidas” (FERRÃO *in* Pereira, 2010: 45). Aliás,

como argumenta Wong, só através da combinação de um alargado conjunto de indicadores em “pacotes” é que será possível destrinçar os pontos essenciais que emergem da análise, para averiguar os resultados do ordenamento do território (Tradução própria, WONG, 2011: 29). Por outras palavras, o sistema de monitorização e de avaliação deve conter um amplo leque de informação, deve organizá-la e combiná-la em “pacotes temáticos”, criando um perfil de análise para cada uma das dimensões de actuação das políticas, e, a partir da qual, será possível construir indicadores robustos e eficazes, capazes de monitorizar e avaliar a implementação das políticas. Esta é a solução para a questão lançada anteriormente “Como se avalia políticas urbanas integradas?”.

A aplicação da metodologia de avaliação proposta deve seguir um modelo operacional, que se desenvolve em quatro fases, tal como se sintetiza na figura 3, que consistem na identificação da política de regeneração urbana a analisar; na definição das questões-chave de avaliação e dos indicadores que irão responder a essas mesmas questões; na construção do sistema de monitorização e avaliação e na análise e avaliação das tendências, padrões observados e nos resultados alcançados que produziram conclusões, em que se propõem recomendações e/ou modificações à política seguida. Para cada uma das fases estabeleceram-se um conjunto de tarefas a executar e que constituem um guião para o desenho, construção e execução da metodologia proposta.

Figura 3: Modelo operacional da metodologia proposta



## 5. CONCLUSÃO

Considerando a complexidade territorial a intervir e o facto do processo de regeneração urbana envolver diversos agentes e implicar a actuação num conjunto variado de dimensões e dinâmicas, o desafio que se coloca passa por uma reflexão em torno da forma como ultrapassar as dificuldades e como operacionalizar um sistema de

avaliação para as políticas de regeneração urbana. Defende-se nesta proposta que a solução será aliar, de forma contínua, a monitorização à avaliação, possibilitando recuar e montar o sistema depois das políticas estarem a ser implementadas. Esta é uma metodologia simples, mas que tenta desmistificar as problemáticas de avaliar o que não é avaliável ou não foi criado para tal e de avaliar políticas com dimensões e atores de intervenção tão diversificados. Para tal criou-se um modelo operacional da metodologia on-going proposta e um guia de execução da metodologia com a identificação das fases e das tarefas a realizar em cada uma.

## BILBIOGRAFIA

- ALEXANDER, Ernest e FALUDI, Andreas (1989): «Planning and plan implementation: notes on evaluation criteria». *Environment and Planning B: Planning and Design*, n. 16, p. 119-126.
- BATISTA E SILVA, J.; CAMPELO, E.; MARTINS, S. e SANTOS, S.(2002): «Avaliação de planos e monitorização - a avaliação de conformidade objetivos-resultados de um PDM». *Sociedade e Território*, n. 34, p.124-142.
- BERG, Leo van den; BRAUN, Erik e MEER, Jan van den (2007): *National Policy Responses to Urban Challenges in Europe*. Ashagate Publishing Ltd.
- BORJA, Jordi (2003): *La Ciudad Conquistada*. Madrid, Alianza Editorial. 382 p.
- COMISSÃO EUROPEIA – Direcao Geral da Politica Regional (2011): *Cidades de Amanhã - Desafios, visões e perspetivas*. Luxemburgo, Servico das Publicacoes da Uniao Europeia, 112 p.
- CONCEIÇÃO, Paulo (2004): «A governância dos territórios e as novas políticas urbanas: tópicos para um debate mais alargado». *A obra nasce: revista de arquitetura da Universidade Fernando Pessoa*, n. 2, p. 86-99.
- (2004): *EVALSED: Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico – O Guia*. Comissão Europeia. [http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id\\_channel=16&id\\_page=549](http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=16&id_page=549),[consulta:21/01/2011].
- FERNANDES, José Alberto Rio (2007): «Urbanismo Sustentável: redução, reciclagem e reutilização da cidade». *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, II Série, vol. I, p. 163-178.
- MARQUES, Teresa Sá [coord.] (1998): *Sistemas de Monitorização do Programa de Reabilitação Urbana das Marinhas*. Quaternaire Portugal.
- MARQUES, Teresa Sá (2009): *Avaliação e Monitorização*. Mestrado de Sistemas de Informação Geográfica, Instrumentos de Planenamento e de Ordenamento do territorio. FLUP. Porto. Policopiado.
- MARTINS, I. C. G. (2011): *Os territórios da qualidade de vida no Porto - Uma avaliação das disparidades intraurbanas*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, V. (2011): *Avaliação em Planeamento Urbano*. Porto, U.Porto editorial.
- PEREIRA, H. (2010): *Monitorização Ambiental para um Planeamento Urbano Sustentável*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PORTAS, Nuno; CABRAL, João; DOMINGUES, Álvaro, et.al. (2007): *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

TALLEN, E. (1997): «Success, failure, and conformance: an alternative approach to planning evaluation». *Environment and Planning B: Planning and Design*, n. 24, p. 573-587.

WONG, C. (2011): «Decision-making and problem-solving: turning indicators into a double-loop evaluation framework». en HULL, A.; ALEXANDER, E., KHAKEE, A. e WOLTJER, J. (ed.) *Evaluation for Participation and Sustainability in Planning*, Routledge - Taylor and Francis Group, p.14-31.